

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A Invenção das Mulheres**: construindo um sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gêneros. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Sandra Tanhote Sousa<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

O livro “*A Invenção das mulheres: construindo um sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gêneros*” foi lançado no Brasil em 2021 pela editora Bazar do Tempo. O trabalho da socióloga Oyèwù mí Oyeùmí foi resultado de sua pesquisa de doutorado, defendida em 1993 no Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, Berkeley, e publicado em livro em 1997. O livro foi premiado pela Associação Sociológica Americana e finalista do prestigioso Prêmio Herskovitts da Associação de Estudos Africanos, instituição que a condecorou recentemente (2021) com o Distinguished Africanist Award. A autora, nascida na Nigéria em 1957, atua hoje como professora associada de Sociologia na Universidade de Stony Brook.

A edição brasileira tem tido ampla procura, uma vez que o trabalho de Oyèwù mí já era reconhecido e citado no país por estudiosos de África e da diáspora africana. A boa tradução feita pelo professor Wanderson Flor do Nascimento busca considerar as tensões reconhecidas pela autora no próprio trabalho a respeito da estruturação das categorias ocidentais em torno do gênero em contraste com a língua iorubá.

Na introdução, Oyèwù mí conta como surgiu a motivação de desenvolver tal pesquisa. Segundo ela, foi ainda durante sua formação em sociologia que decidiu estudar a família na Nigéria, porém não encontrava referências ou ressonâncias entre a teoria disponível à época e sua experiência pessoal. Nos estudos feministas, encontrava o pressuposto limitador de que em todas as sociedades as mulheres eram subordinadas e oprimidas, além de perceber que as diferenças entre homens e mulheres perpassavam a linguagem e as demais instituições no discurso Ocidental. A socióloga sustenta que a lacuna que encontrava diante de seu pretense tema de pesquisa refletia um fenômeno mais geral: a invisibilização ou marginalização dos modos de vida africanos diante do suposto universalismo da ciência Ocidental. Propôs-se então construir primeiramente as bases epistemológicas das culturas iorubá e ocidental em um trabalho arqueológico de reelaboração crítica dos conceitos, expondo e problematizando seus pressupostos normativos.

Recebido em: 1º/09/2022

Aceito em: 20/02/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Sua análise demonstra quanto a lógica das categorias sociais do Ocidente está ancorada na biologia, uma “bio-lógica” que organiza todas as relações sociais. Oyèwùmí cita o exemplo da oposição “mulher”/“homem”, ambas objetivadas pela presença ou ausência de um órgão sexual, que, por sua vez, confere distinção social. Sendo assim, avalia que a categoria mulher foi forjada no contexto iorubá para que as análises se enquadrassem na biológica ocidental, pois essa era uma categoria inexistente antes das noções ocidentais serem impressas na cultura iorubá. Ainda que o corpo não representasse a base dos papéis sociais, Oyèwùmí avalia que a maioria dos estudos acadêmicos sobre os povos iorubás lhes impôs essas categorias corporais, ignorando a lógica autóctone e assumindo tais construções como universais.

Olhando para a os estudos africanos, Oyèwùmí reflete sobre o impacto do tráfico escravagista Atlântico e da colonização europeia nas sociedades africanas até meados do século XX, que se estende à contemporaneidade por meio do domínio Ocidental na produção do conhecimento. Assim, conta que buscou formular suas argumentações considerando que após essas reflexões já não seria possível que fizesse um estudo de “gênero” no contexto que pretendia analisar. Ponderando que o território iorubá abrange uma vasta área, com múltiplas especificidades culturais, limita-se então a pensar a língua iorubá falada pelos Oyós. O livro está dividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “*Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos*”, Oyèwùmí centra o debate na elaboração de argumentos que embasam sua tese de que por séculos o pensamento Ocidental tem se pautado na biologia, desde a definição dos papéis da pólis em Aristóteles até as definições de quem é pobre nos Estados Unidos no fim do século XX. Para ela, o modelo social hierárquico Ocidental é biologicamente determinado mesmo nas análises sociológicas mais críticas.

A noção de sociedade que emerge dessa concepção é a de que a sociedade é constituída por corpos e como corpos – corpos masculinos, corpos femininos, corpos judaicos, corpos arianos, corpos negros, corpos brancos, corpos ricos, corpos pobres. Uso a palavra “corpo” de duas maneiras: primeiro, como uma metonímia para a biologia e, segundo, para chamar a atenção para a fisicalidade pura que parece estar presente na cultura ocidental. Refiro-me tanto ao corpo físico como às metáforas do corpo. Ao corpo é dada uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas. (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 36)

A razão do corpo ter primazia nas elaborações filosóficas Ocidentais se dá pelo fato de suas percepções de mundo serem principalmente captadas por meio da visão. Diante dessa constatação, é possível entender as diferenciações feitas pela ciência Ocidental entre os corpos humanos por sexo, cor e tamanho. Assim, a autora sugere que o termo “cosmopercepção” seria mais apropriado para descrever culturas como a iorubá, em detrimento do termo «cosmovisão».

A cosmovisão Ocidental tanto sublinha o corpo quanto o rejeita em contraposição à mente. Ele é um centro organizador das categorias e dos discursos sociopolíticos e um fator hierarquizado para classificar seus “outros”, ou seja, mulheres, judeus, africanos, etc. Por esse motivo, a autora concorda com os discursos feministas que colocam o gênero como socialmente construído, com variações no tempo e no espaço. Mas radicalizando

essa tese, ela adiciona que também podem ter havido tempos e espaços em que o gênero simplesmente não existiu. Oyèwùmí sustenta que, de acordo com a cosmopercepção Oyó de antes do século XIX, a sociedade era concebida como um grupo de pessoas em relação umas com as outras, pouco importando a “fiscalidade” da masculinidade ou feminilidade para a consagração de hierarquias sociais. Essas hierarquias eram situacionais e determinadas sobretudo pela senioridade e pela idade cronológica.

Aqui, a autora traz o exemplo de povos iorubás, que, assim como outras sociedades africanas, percebem o mundo como um todo integrado, em que todas as coisas estão ligadas, não privilegiando o mundo físico sobre o metafísico. Tanto o feminismo quanto os estudos africanos não escaparam da bio-lógica visual hegemônica do pensamento ocidental. Oyèwùmí lembra que, tal como a História, outras áreas, como a Filosofia, ao buscarem refutar a narrativa Ocidental sobre o primitivismo africano, mantêm o Ocidente como norma. Insistem em adotar teorias e conceitos intrínsecos às experiências ocidentais.

Ainda que a presença de pessoas africanas na academia tenha favorecido mudanças importantes, essas transformações não são substanciais. Isso porque as pessoas africanas não encontram nas teorias revisadas elementos para lidar com as questões reais que os países africanos enfrentam. Na análise da autora, tanto os grupos de intelectuais, que ela chama de antinativistas (aqueles que são críticos em relação a qualquer defesa de uma cultura essencialmente africana), quanto os intelectuais, que ela chama de nativistas (aqueles que acolhem uma noção de um modo de ser africano), ainda concentram suas ideias na diferença África/Ocidente, enquadrando essa categoria sob uma ótica pertencente à última. Refletindo sobre o eurocentrismo do debate intelectual africano, ela sustenta que “Por causa disso, é raro, se não impossível, encontrar intelectuais que possam discutir Ogum com a mesma sofisticação e profundidade de conhecimento com que discutem Zeus” (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 86).

Nesse capítulo, Oyèwùmí elabora ainda sobre a importância da língua para a compreensão dos problemas do ocidentocentrismo nas interpretações da cultura iorubá. Para a autora, a maioria dessas análises não levam a língua iorubá a sério e fracassam por persistirem em usar como base as linguagens do Ocidente. Para ela, a falta de estudos críticos dedicados a examinar categorias autóctones da língua iorubá endossa a percepção de que as categorias Ocidentais são universais, produzindo novos equívocos epistemológicos, uma vez que a linguagem é primordial para a formulação do conhecimento.

O segundo capítulo “(Re)constituindo a cosmologia e as instituições socioculturais oyó-iorubás articulando a cosmopercepção iorubá” se propõe a articular de que maneira a sociedade iorubá foi analisada com conceitos generificados estranhos a ela. Citando inúmeros exemplos, Oyèwùmí fundamenta sua afirmação de que o gênero não era um princípio organizador dessa sociedade antes da colonização ocidental. Com objetivo de remapear a ordem social iorubá, Oyèwùmí examina então como os papéis sociais foram articulados em instituições como a língua, a linhagem, o casamento e o mercado em contraste com o cânone feminista, antropológico, sociológico e histórico disponível.

Partindo das categorias de “anamacho” e “anafêmea”, Oyèwùmí coloca os termos iorubá obìnrin e òkùnrin como marcadores que expressam uma distinção sem necessariamente fixar diferenças. Os termos que aludem à procriação e à relação sexual indicam diferenças fisiológicas, mas não denotam privilégios e desvantagens sociais, como

o gênero na ordem Ocidental. Para autora, se existe uma parte do corpo em destaque no interior da cosmologia iorubá, ela seria o *orí* (cabeça). A palavra *orí* representa o indivíduo, entrelaçando simbolicamente destino e cabeça, não configurando relação alguma com o gênero. Procura demonstrar que nas interações sociais da cultura iorubá existem outros elementos muito mais significativos para explicar as posições sociais do que o sexo, como a descendência e a senioridade. Apenas ao compreender as nuances da cultura seria possível entender a instituição da poligamia nessa sociedade, pois ela estaria relacionada à importância em procriar e salvaguardar a saúde da prole. Essa noção também esclarece a dificuldade dos estudos feministas de entender as mulheres como beneficiárias e não apenas vítimas da instituição do casamento. Falando sobre a divisão social do trabalho entre os *Oyós*, a autora problematiza estudos que também se apressam em fazer classificações generificadas das relações de trabalho iorubá.

No terceiro capítulo "*Fazendo história, criando gênero: a invenção de homens e reis na escrita das tradições orais de Oyó*", Oyèwùmí procura demonstrar como a história iorubá foi reconstruída desde o período colonial a partir de percepções generificadas. Em sua análise, desde a imposição do colonialismo europeu, a burocracia e os sistemas econômicos ocidentais reclassificaram e generificaram os papéis sociais entre os iorubá, fazendo com que homens e mulheres africanos, mesmo excluídos dos escalões mais altos das estruturas coloniais do Estado, passassem a ter funções sociais distintas.

No quarto capítulo, "*Colonizando corpos e mentes: gênero e colonialismo*", Oyèwùmí pensa os mecanismos de poder engendrados pela colonização. A autora argumenta que os sistemas educacionais coloniais trouxeram em seu bojo a discriminação entre homens e mulheres por meio do cristianismo, aliado da colonização britânica na Iorubalândia, em que não havia distinção entre igreja e escola. Pesquisas documentais sobre a história de Oyó apontam que todas as categorias eram isentas de gênero, o que a leva a crer que homens e mulheres foram forjados como categorias sociais com a exclusão de atores femininos e a elevação de atores masculinos. Gradualmente, as tradições orais iorubás tornaram-se parte da história global, incorporando feições das instituições culturais ocidentais e cristãs, parte de um processo em que até mesmo os orixás, que possivelmente representavam divindades neutras, foram masculinizados.

Fêmeas foram se tornando dependentes do salário masculino, consolidando uma nova identidade dentro da lógica europeia, passando do papel de aya para o de esposa. A ocidentalização e o trabalho assalariado fizeram com que os casais se afastassem de seus grupos de parentesco, e as anafêmeas como prole (filhas) e membros da linhagem tornaram-se secundárias. Na medida em que as anafêmeas se tornaram mulheres, elas também se tornaram invisíveis.

Na Iorubalândia, a transformação de *obìnrin* em mulheres e depois em "mulheres sem importância" estava na essência do impacto colonial como um processo generificado. A colonização, além de ser um processo racista, também foi um processo pelo qual a hegemonia masculina foi instituída e legitimada nas sociedades africanas. Sua manifestação definitiva foi o Estado patriarcal. (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 371)

Conclui o capítulo salientando o impacto desse processo nas vidas das populações até os dias de hoje se considerarmos que homens brancos e mulheres brancas continuam a ditar agendas globais influenciando políticas públicas por meio de privilégios raciais.

No quinto e último capítulo, “A tradução das culturas: generificando a linguagem, a oralitura e a cosmopercepção iorubás», Oyěwùmí retoma o debate sobre a linguagem para pensar a tradução e a oralidade da cultura iorubá. A autora propõe que uma das mudanças perceptíveis na língua iorubá tem sido a absorção de categorias de gênero a partir do contato hierárquico com as estruturas europeias. Enquanto as feministas Ocidentais identificam o papel central do gênero na linguagem e, conseqüentemente, nas sociedades, perseguindo um ideal de sociedade sem gênero, a autora advoga que uma cultura sem a presença do gênero na linguagem não é necessariamente uma utopia futurista.

A reflexão que a leitura do livro nos traz é de que não avançaremos na construção de um futuro de superação das mazelas do racismo e do colonialismo enquanto olharmos o mundo sob o prisma das categorias ocidentais. Existem sim epistemologias e ensaios de mundo possíveis coexistindo com as formas de vida impostas pelo Ocidente, amplamente criticadas por muitos de nós. Seu não reconhecimento faz parte de uma contraditória forma de reafirmar a mesma narrativa hegemônica e homogeneizadora que criticamos.

Ao discorrer sobre o silenciamento da revolução haitiana na história mundial, Michel-Rolph Trouillot (2016 [1995]) também problematizou o pensamento Ocidental ao chamar a atenção para as contradições intelectuais e morais de autores iluministas que defenderam a liberdade e apoiaram a escravidão, promovendo um fosso duradouro entre o discurso universalista e a prática de dominação, acumulação e violência colonial. Muitos dos filósofos iluministas não constataram qualquer contradição entre a França colonial, que não contemplava direitos políticos para os não brancos, e a França metrópole, berço do Iluminismo. Para o autor, ainda assim o Iluminismo representou alguma mudança de perspectiva, pois, ao trazer a ideia de que o homem seria capaz de progredir e de “aperfeiçoar-se”, tornou passível que mais tarde o modelo econômico escravista fosse posto em questão com o argumento de que, se “ocidentalizados”, os sub-humanos poderiam vir a ser mais rentáveis quando convertidos em trabalhadores livres. A partir das considerações do autor, é possível entender como se deu a disputa entre as narrativas monogenistas e poligenistas na Europa desde a renascença, e como elas foram adotadas e adaptadas em favor da mercantilização e da ascensão do Ocidente de maneira geral.

Em suas reflexões sobre as religiões de matriz africana, Muniz Sodré (2017) destaca que a herança dos grupos africanos, forçadamente imigrados ao país, foi impressa em seus modos de pensar e de agir, pautados pela corporeidade e pela primazia da comunidade sobre o indivíduo. Esse modo de ser que não separa o pensar do sentir, denominado forma “intensiva de viver”, carregaria uma gama de características filosóficas próprias. Segundo o autor, o pensamento nagô operante na liturgia dos cultos afro carrega em si traços que diferem substancialmente tanto da razão quanto da mística Ocidental Cristã (SODRÉ, 2017). Essas diferenças ontológicas foram manipuladas pela colonização e evangelização na hierarquização dos sujeitos ao redor do mundo. No entanto, é possível perceber todo um conjunto de conhecimentos contrastantes com a lógica Ocidental. Todo um complexo filosófico presente no sistema simbólico nagô capaz de orientar uma

forma própria de ser, de estar e de se relacionar. Tal patrimônio africano inaugura formas originais de agir e de estar no mundo, produto da resistência memorial que sobreviveu às violações e ao rompimento com as suas formas originais de vida em decorrência do regime escravista transatlântico.

Por fim, acredito que, embora dialogue muito mais com a realidade africana, buscando categorias próprias de análise condizentes com suas sociedades, *A Invenção das Mulheres* tem muito a ensinar ao pensamento social brasileiro. Não apenas porque também somos parte e ainda ruminamos os impactos do colonialismo e da escravização de africanos, sendo um dos países na América que mais se beneficiou do regime escravista, mas sobretudo porque nossa produção de conhecimento também é fortemente pautada nas teorias produzidas no Ocidente. A problemática da colonialidade do saber, apontada por Oyèwùmí de maneira pioneira, é um problema que persiste na ciência de modo geral. Como bem salienta a autora, não faz sentido teorizar sobre cultura e construção social mergulhados em um vácuo conceitual que não nos permite perceber os detalhes do mundo social sobre o qual nos debruçamos. Daí o foco empenhado pelo texto no papel da intelectualidade na construção da realidade sociopolítica.

## Referências

OYÈWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SODRÉ, Muniz A. C. **Pensar nagô**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado**: Poder e a Produção da História. Curitiba: Huya, 2016 [1995].

### Sandra Tanhote Sousa

Doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC. Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Licenciada em Ciências Sociais e mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER) na Universidade Federal de Santa Catarina. Integra o projeto de Extensão Ebó Epistêmico, vinculado a disciplina de Estudos Afro-Brasileiros ofertada pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Endereço profissional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Bloco E, 4º andar, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Campus Reitor João David Ferreira Lima, Trindade, Florianópolis, SC. CEP: 88040-900.

E-mail: sandratanhot@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5962-4800>

## Como referenciar esta resenha:

SOUSA, Sandra Tanhote. Resenha da obra: *A Invenção das Mulheres*: construindo um sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gêneros. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 2, e90791, p. 155-160, maio de 2023.